



Simulado Final

ISS Fortaleza

Conhecimentos Gerais

Cargo: Analista Fazendário Municipal
Administração - **Pós-Edital**

Simulado

Simulado ISS Fortaleza - Analista Fazendário Municipal - Administração

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS Fortaleza (Analista Fazendário Municipal - Administração);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-Fortaleza-Analista-09-07>

| | | | | |
|---------|---------|---------|---------|----------|
| 01 - CE | 21 - CE | 41 - CE | 61 - CE | 81 - CE |
| 02 - CE | 22 - CE | 42 - CE | 62 - CE | 82 - CE |
| 03 - CE | 23 - CE | 43 - CE | 63 - CE | 83 - CE |
| 04 - CE | 24 - CE | 44 - CE | 64 - CE | 84 - CE |
| 05 - CE | 25 - CE | 45 - CE | 65 - CE | 85 - CE |
| 06 - CE | 26 - CE | 46 - CE | 66 - CE | 86 - CE |
| 07 - CE | 27 - CE | 47 - CE | 67 - CE | 87 - CE |
| 08 - CE | 28 - CE | 48 - CE | 68 - CE | 88 - CE |
| 09 - CE | 29 - CE | 49 - CE | 69 - CE | 89 - CE |
| 10 - CE | 30 - CE | 50 - CE | 70 - CE | 90 - CE |
| 11 - CE | 31 - CE | 51 - CE | 71 - CE | 91 - CE |
| 12 - CE | 32 - CE | 52 - CE | 72 - CE | 92 - CE |
| 13 - CE | 33 - CE | 53 - CE | 73 - CE | 93 - CE |
| 14 - CE | 34 - CE | 54 - CE | 74 - CE | 94 - CE |
| 15 - CE | 35 - CE | 55 - CE | 75 - CE | 95 - CE |
| 16 - CE | 36 - CE | 56 - CE | 76 - CE | 96 - CE |
| 17 - CE | 37 - CE | 57 - CE | 77 - CE | 97 - CE |
| 18 - CE | 38 - CE | 58 - CE | 78 - CE | 98 - CE |
| 19 - CE | 39 - CE | 59 - CE | 79 - CE | 99 - CE |
| 20 - CE | 40 - CE | 60 - CE | 80 - CE | 100 - CE |

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

- 01.** Na era da Nova Gestão Pública, as administrações públicas devem se empenhar para adotar práticas de governança corporativa, para aprimorar a transparência e a responsabilidade.
- 02.** O empreendedorismo governamental e a inovação no setor público são conceitos mutuamente exclusivos e não têm impacto um sobre o outro.
- 03.** A gestão por processos permite às organizações otimizar a eficiência de seus processos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, independentemente da natureza de sua operação.
- 04.** A gestão por resultados é um componente da Nova Gestão Pública que se concentra na mensuração do desempenho e na responsabilização pelos resultados.
- 05.** No contexto da reforma administrativa, a implementação de práticas gerenciais no setor público é uma maneira de melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados ao público.
- 06.** A descentralização do poder administrativo é uma característica da administração pública burocrática.
- 07.** A Gestão por processos foca exclusivamente na eficiência dos processos internos e não considera os resultados entregues ao cliente.
- 08.** Empreendedorismo governamental é um conceito que se refere apenas a novos projetos iniciados por indivíduos dentro do governo, e não se aplica à adoção de práticas inovadoras no nível organizacional.
- 09.** A administração pública gerencial, diferente da burocrática, se preocupa principalmente com resultados e não com o rigor do processo.
- 10.** A gestão de processos é um método sistemático para tornar os processos de uma organização mais eficazes, eficientes e capazes de se adaptar a um ambiente em mudança.
- 11.** Empreendedorismo governamental implica um alto grau de inovação e risco, com o objetivo de melhorar os serviços públicos.
- 12.** A gestão por resultados foca exclusivamente em resultados financeiros, não considerando outros aspectos como satisfação do cliente ou eficácia dos processos.
- 13.** O conceito de empreendedorismo governamental envolve a criação de novos serviços ou a melhoria dos existentes, além de envolver a adoção de uma abordagem mais pró-ativa e orientada para o risco na gestão de organizações públicas.
- 14.** A abordagem gerencial da administração pública busca trazer mais eficiência e eficácia para o setor público, incorporando práticas de gestão do setor privado.

GESTÃO DE PESSOAS

Elisabete Moreira

Acerca de gestão de pessoas, liderança, motivação, trabalho em equipe, cultura e clima organizacional e os diversos temas sobre o comportamento humano no trabalho, julgue os itens a seguir.

15. As teorias emergentes de liderança incluem diversos estilos, a exemplo do líder transformacional, que é reconhecido pelos seguidores como detentor de habilidades heroicas e extraordinárias, que estimulam o alcance das metas estabelecidas, permitindo a seus seguidores transcenderem seus interesses pessoais para o bem da organização.

16. A administração de recursos humanos, na era da informação, cedeu lugar a uma nova abordagem, a Gestão de Pessoas, onde as pessoas são vistas como fornecedoras de conhecimento e competências, imprevisíveis e flexíveis, independentes da organização, na busca de objetivos individuais e organizacionais.

17. O conjunto de percepções, opiniões e sentimentos que se expressam no comportamento de um grupo ou em uma organização, em um determinado momento ou situação, é denominado cultura organizacional.

18. A metodologia de gestão por competências nas organizações públicas pressupõe a aplicação da uma etapa de mapeamento de competências, que consiste na prospecção dos melhores profissionais disponíveis no mercado, que devem ser recrutados como disseminadores de conhecimento na organização.

19. Acerca da teoria da hierarquia das necessidades, a confiança perante o mundo e um gerente amigável são necessidades, respectivamente de estima e social.

20. Interessada em verificar o desempenho dos ocupantes de cada cargo, uma gestora de Recursos Humanos decidiu realizar uma avaliação 360 graus, processo que possibilita a obtenção de uma opinião múltipla sobre cada colaborador. Nesse caso, com base nos processos típicos de gestão de pessoas, a ação da gestora representa um processo de aplicar pessoas.

21. O modelo “hard” de gestão de pessoas, conhecido como modelo da Universidade de Michigan, preconiza que o comportamento humano no trabalho deve ser motivado por incentivo à autonomia e ao engajamento.

22. O denominado *business partner* é um profissional experiente que auxilia na gestão estratégica de RH, atuando diretamente com a liderança sênior no desenvolvimento e direcionamento de processos de gestão que contemple as áreas financeira, estrutural e de vendas. Devem analisar dados e antecipar falhas que possam interferir na produtividade, na estrutura e no crescimento da empresa.

23. O *onboarding* consiste numa técnica de integração que utiliza um conjunto de estratégias para novos colaboradores, visando que se adaptem com sucesso às suas atividades e à cultura da organização.

24. O *design thinking*, de acordo com Charles Burnette, é um processo de pensamento crítico e criativo que permite organizar informações e ideias, tomar decisões, aprimorar situações e adquirir conhecimentos especializados, utilizando mecanismos que permitam visualizar questões do dia a dia de forma tradicional.

25. No processo de gestão do conhecimento, considerando a espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi a fase do ciclo denominada socialização e externalização que passam, respectivamente pela troca de experiências, habilidades e conhecimentos entre indivíduos; e pela escrita de artigos, normas, transformando conhecimento explícito em explícito.

26. O recrutamento interno apresenta vantagens de promover maior motivação e ser mais rápido. No entanto, pode envolver maiores custos e ser menos confiável que o recrutamento externo.

27. Diferenciando-se o trabalho em grupo do trabalho em equipe, os grupos apresentam como características a sinergia neutra e a responsabilidade mútua; enquanto as equipes apresentam sinergia positiva e desempenho coletivo.

28. No modelo de comportamento diretivo, o líder deve demonstrar interesse pelo bem-estar dos subordinados e se mostrar acessível a eles como indivíduos.

29. A gestão de pessoas tem a função de assumir responsabilidades de consultoria interna às equipes para que os empregados sejam capazes de agilizar a comunicação e gerar novos conhecimentos.

FUNDAMENTOS DE ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO

Rodrigo Rennó

30. No planejamento estratégico, a análise SWOT é usada para analisar as forças e fraquezas internas da organização, bem como oportunidades e ameaças externas.

31. O planejamento tático está relacionado aos objetivos estratégicos da organização e é geralmente responsabilidade dos executivos de nível médio.

32. O planejamento operacional envolve a formulação de objetivos específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporizáveis.

33. Estratégia corporativa foca em como competir e operar efetivamente em cada mercado, enquanto estratégia de negócios envolve decisões sobre o direcionamento geral da organização.

34. Em gestão de projetos, o escopo define o que é e o que não é incluído no projeto, incluindo os objetivos e entregas específicas.

35. Na matriz BCG (Boston Consulting Group), as "vacas leiteiras" são negócios que geram mais dinheiro do que requerem.

36. O cronograma de um projeto não deve ser alterado após sua aprovação inicial, para evitar escopo móvel.

37. A gestão de riscos em projetos inclui a identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

- 38.** Na matriz Ansoff, a estratégia de penetração de mercado envolve a introdução de novos produtos em novos mercados.
- 39.** Na gestão de projetos, os principais grupos de processos são: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento.
- 40.** A estratégia de diferenciação é uma estratégia genérica de Porter que envolve a oferta de produtos ou serviços únicos que são valorizados pelos clientes.
- 41.** Na matriz BCG, os "pontos de interrogação" são negócios com baixa participação de mercado em setores de alto crescimento.
- 42.** O planejamento estratégico é um processo contínuo que envolve fazer escolhas estratégicas, implementá-las, monitorar o progresso e fazer ajustes conforme necessário.
- 43.** Uma estratégia de baixo custo é um exemplo de uma estratégia genérica de Porter.
- 44.** No gerenciamento de projetos, o gráfico de Gantt é uma ferramenta visual que exhibe as tarefas do projeto ao longo do tempo.

AUDITORIA

Guilherme Santanna

- 45.** O objetivo da auditoria interna é aumentar a confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- 46.** O auditor interno é responsável pela prevenção de fraudes ou erros e deve conduzir seus trabalhos para auxiliar a entidade auditada a identificar exposições significativas aos riscos.
- 47.** Um dos aspectos que distingue a auditoria interna da auditoria externa é o escopo do trabalho: na primeira, ele é determinado pela gerência; na segunda, pelas normas usuais reconhecidas no país ou requeridas por legislação específica.
- 48.** Entre as atividades associadas à governança, a auditoria interna tem competência para avaliar a eficácia da comunicação entre auditores internos, auditores independentes e a administração.
- 49.** De acordo com o IIA, havendo inconsistências entre as normas internacionais e outras normas, os auditores internos e a atividade de auditoria devem sujeitar-se a essas outras normas, caso as internacionais sejam mais restritivas.
- 50.** O responsável pela auditoria interna, de acordo com as normas internacionais do IIA, deve ter acesso direto e irrestrito tanto à alta administração como ao órgão de deliberação superior da entidade, o que se denomina estrutura de duplo reporte.
- 51.** Os auditores internos não podem prestar serviços de consultoria em relação a operações pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente.

52. Os auditores internos devem estar atentos aos riscos significantes que possam afetar os objetivos, as operações ou os recursos, mesmo que os procedimentos de avaliação isoladamente garantam que todos os riscos significantes sejam identificados.

53. Controle interno consiste no conjunto de processos desenhados para promover uma asseguuração razoável quanto ao alcance dos objetivos relacionados a operações, relatórios financeiros e cumprimento das leis.

54. Segundo o COSO ICIF 2013 (*Internal Control – Integrated Framework*), o componente de controle interno em que se avaliam e se comunicam as deficiências no controle interno aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, é designado atividades de monitoramento.

55. Um sistema de controle interno eficaz reduz, a níveis aceitáveis, o risco de não se atingir o objetivo de uma entidade e pode estar relacionado a uma, a duas ou a todas as três categorias de objetivos. Nesse contexto, a determinação de que os componentes e princípios relacionados continuem a existir na operação e na condução do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados refere-se à presença.

56. Entre as quatro categorias de objetivos organizacionais estabelecidas pelo COSO ERM inclui-se a categoria dos objetivos operacionais, cujo propósito é viabilizar o atingimento de metas no nível mais elevado, alinhando-se e fornecendo apoio à missão.

57. O componente do gerenciamento de riscos corporativos denominado avaliação de riscos permite que a organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar o atingimento de seus objetivos.

58. A administração de uma universidade estadual identificou e avaliou os riscos associados com a gerência da residência estudantil: concluiu que a referida gerência não possuía internamente os requisitos necessários e as funcionalidades para administrar eficazmente essa grande propriedade residencial, razão pela qual optou por terceirizar a administração da residência para uma empresa especializada, que, entre outros fatores, tivesse condições de reduzir o impacto e a probabilidade de riscos. De acordo com o COSO, pode-se considerar que a administração optou por compartilhar a resposta ao risco identificado.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e às normas gerais em matéria financeira, julgue os itens que se seguem.

59. As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são receitas extraorçamentárias destinadas a atender insuficiência de caixa e não podem ser utilizadas para fins de abertura de créditos adicionais.

60. As alterações orçamentárias podem ser qualitativas ou quantitativas, assim, uma alteração qualitativa apenas modifica o total de crédito constante na LOA através de um crédito suplementar, reforçando a dotação já existente para uma determinada despesa.

Com relação às definições de restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos, julgue os itens que se seguem.

61. Os empenhos não processados e não indicados para inscrição são anulados automaticamente pelo Sistema em 31 de dezembro.

62. Poderão ser pagas por dotação para "despesas de exercícios anteriores", constantes dos quadros discriminativos de despesas das unidades orçamentárias, as dívidas de exercícios encerrados devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

63. O ordenador de despesas é a autoridade competente para conceder suprimento de fundos, não cabendo a este, entretanto, fixar o valor, prazo de utilização e prazo para prestação de contas; uma vez que tais atribuições são inerentes às unidades orçamentárias.

64. Receita é toda arrecadação de rendas autorizada pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública.

65. Receitas sob o enfoque das normas aplicáveis às empresas privadas são aumentos nos benefícios econômicos, durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade.

66. O depósito em caução é uma receita extraorçamentária do órgão, sujeita à devolução. Entretanto, se o licitante der um lance vencedor e não honrá-lo no prazo previsto, perderá a caução em favor do Erário, que a incorporará como receita orçamentária.

67. A classificação por esfera orçamentária da receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias. Para identificar a origem de determinada receita pública de acordo com o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos, utiliza-se a classificação por natureza de receita.

68. O princípio orçamentário da Precedência da Fonte de Custeio estabelece que as despesas públicas devem ser custeadas por recursos previamente arrecadados ou autorizados por lei. Isso significa que antes de realizar uma despesa, é necessário ter uma fonte de recursos identificada e disponível para cobrir os gastos.

69. O Poder Executivo pode transpor, remanejar, transferir se decorrente de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos/ entidades (ou alterações de suas competências/atribuições), mantida a categoria de programação.

70. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) pressupõe o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, assim como a obediência a limites e condições na obtenção de receitas e geração de despesas.

71. A consideração das realizações passadas como base dos orçamentos futuros é a celeuma do orçamento-programa.

72. Um elemento que caracteriza a concepção moderna de orçamento público é a influência da lógica empresarial, segundo Giacomoni.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) buscam dar suporte aos seus usuários sobre os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Para tanto, esses usuários necessitam de informações que subsidiem suas avaliações, sendo que uma dessas corresponde à extensão da carga tributária que recai sobre os contribuintes.

À luz desse entendimento e considerando o que dispõe a NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue a assertiva a seguir.

73. A tributação ocorre em decorrência de lei, constituindo uma transação sem contraprestação entre entidades (ou indivíduos) e o governo. Nesse sentido, a distribuição das competências tributárias entre os níveis de governo é uniforme, apesar de depender da relação entre as competências tributárias do governo federal e dos demais entes federativos.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue as assertivas:

74. O Plano de Contas corresponde à estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, e permite o registro dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, a fim de atender às necessidades dos usuários da informação contábil.

75. Os registros com o dígito 2, no 5º nível (subtítulo), compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes de transações entre o Estado e a União.

76. Controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres corresponde a um dos objetivos expressos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Acerca dos aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade pública, previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), julgue os itens a seguir.

77. O aspecto fiscal compreende a apuração e evidenciação dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dentre os quais se destacam, as operações de crédito, com a finalidade de apurar o equilíbrio das contas públicas.

78. O aspecto orçamentário compreende o registro e evidenciação do orçamento público e os principais instrumentos utilizados para refleti-lo incluem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Balanço Orçamentário.

79. Dentre as principais características que diferenciam as entidades públicas das demais entidades está o poder de regulação, que possui como sua principal razão a asseguaração do interesse público conforme os objetivos definidos nas políticas públicas.

80. Muitos programas do setor público são de longo prazo, ocasionando dependência da arrecadação de tributos e contribuições para que a capacidade de cumprir os compromissos seja atendida.

Em relação ao que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) sobre as despesas orçamentárias, julgue os itens a seguir.

81. No momento da liquidação dos valores adiantados a título de suprimento de fundos, sob a perspectiva do enfoque orçamentário, haverá o registro de um débito na conta “Crédito Empenhado Liquidado a Pagar” e o registro de um crédito na conta “Crédito Empenhado a Liquidar”.

82. A classificação funcional da despesa segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, refletindo a estrutura de alocação dos créditos orçamentários, sendo estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.

83. Despesa não efetiva constitui um fato contábil permutativo, em que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir.

84. Os balanços orçamentários não consolidados poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário. Tal fato não representa irregularidades, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação relacionado à execução do orçamento do exercício.

85. A variação positiva na disponibilidade do período é sinônimo de bom desempenho da gestão financeira, indicando um equilíbrio financeiro por meio do resultado financeiro positivo.

86. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) não padroniza o desdobramento dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Nesse sentido, esse desdobramento deve ser realizado por cada ente, a nível de item e subitem (6º nível e 7º nível).

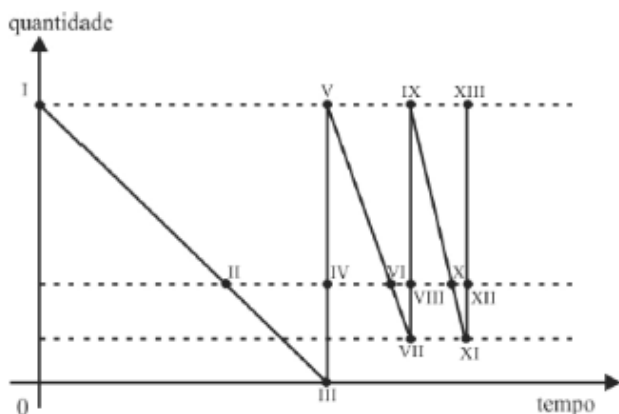
OPERAÇÕES LOGÍSTICAS E DE INFRAESTRUTURA

Ricardo Campanario

87. No que se refere à conferência no recebimento de materiais e armazenagem, julgue o item seguinte. Situação hipotética: Depois de determinada empresa manter estoque médio de todos os itens de matérias-primas por 12 meses, ela decidiu reduzir esse tempo para 6 meses. Assertiva: Em relação à curva ABC, exatamente aqueles que permitem a maior redução possível nos valores financeiros dos estoques são os itens do grupo B.

88. No almoxarifado da Pref. Mun. Fortaleza, a demanda média semanal de toners para impressoras é de 200 unidades, e o tempo médio para ressurgimento deste item é de três semanas. Sabendo-se que o seu ponto de reposição ocorre quando o nível de estoque atinge 4.000 unidades, o Estoque de Segurança de toners é de 2.400 unidades.

89. O gráfico seguinte representa a curva dente de serra de um item dentro de um sistema de estoque. No gráfico, a ruptura dos estoques é representada pelos pontos VII e XI.



90. A avaliação dos fornecedores é responsabilidade exclusiva dos órgãos de compras e de outros avaliadores externos.

91. A descentralização de compras é muitas vezes recomendável para a aquisição de produtos e serviços de empresas nacionais com atividade em diversas regiões do país.

92. O transporte e a manutenção de estoques incluem-se entre as atividades primárias da logística empresarial.

93. A função compras é reconhecida como uma atividade rotineira e faz parte do processo de logística das empresas.

94. O processo de gestão de compras inicia-se com a cotação junto aos fornecedores, a fim de identificar a demanda, o preço e a qualidade dos bens a serem adquiridos.

95. Por serem absolutamente confiáveis, guias industriais e de fornecedores são ótimos cadastros de fornecedores.

96. A avaliação de fornecedores termina na efetivação da compra ou na contratação do serviço.

97. O modal dutoviário é dividido em marítimo, fluvial e lacustre.

98. A sustentabilidade na cadeia de suprimentos inclui a ampliação de benefícios sociais relacionados a suas atividades primárias.

99. A avaliação dos fornecedores é necessária para que se mantenha um cadastro de fontes de suprimentos que tenham razoável qualificação e atendam aos requisitos da empresa compradora.

100. O inventário físico dos estoques deve ser realizado uma única vez ao ano, ao final do período fiscal da empresa.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
